

## TERESINA DOS ANOS DOURADOS AOS ANOS DE CHUMBO: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO

Francisco Alcides do Nascimento – Orientador / UFPI

Marylu Alves de Oliveira (PIBIC – UFPI)

Laécio Barros Dias (PIBIC – UFPI)

GT 11- História, Memória e Educação

### Introdução

A cidade é construída e reconstruída por homens, que agem como agentes modeladores e construtores deste espaço, defendendo interesses pessoais ou de grupo. O espaço da cidade é um espaço de conflitos políticos, culturais e sociais, e isto se reflete nas ruas, nos traços arquitetônicos, nas políticas públicas que são implementadas.

O objetivo deste estudo é analisar a construção de um discurso que pregava o desenvolvimento econômico do país, e, conseqüentemente, a modernização das cidades. O recorte temporal estabelecido foram as décadas de 1950 a 1980, período sobre o qual existe uma considerável produção literária, que demonstra uma certa preocupação do Estado com a criação de ferramentas que ajudassem no processo de modernização das cidades brasileiras. A intervenção do Estado brasileiro no Piauí, notadamente em Teresina, seguiu o modelo desenvolvimentista, fenômeno que se processará adjacente ao processo de modernização nacional. Esse estudo pretende ressaltar as nuances do regime militar e uma de suas fases principais, a que ficou conhecida como “Milagre Econômico Brasileiro”. Por fim, destacaremos de intervenção do Estado no processo de “limpeza” de Teresina com a construção dos primeiros conjuntos habitacionais e o deslocamento dos setores populares para regiões localizadas fora do perímetro urbano da cidade.

### Contexto político

O Brasil viveu no período de 1950 a 1980 sob forte instabilidade político-institucional. Da ascensão de Getúlio Vargas à presidência em 1951, até a definitiva implantação do Regime Militar no governo Médici, a partir de 1969, as nuances observadas foram muitas e diversas. O regime autoritário, sob tutela dos militares implantado no Brasil em 1º de abril de 1964 foi ponto de convergência de um processo que se arrastava desde décadas anteriores.

O Brasil teve durante os anos cinquenta dois governos cuja principal plataforma era o discurso desenvolvimentista: o governo de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek.

Em 1961, João Goulart assume a Presidência da República. Segundo Elio Gaspari, “era um político fraco, sem maiores forças e expressões políticas” (2002: p.16). Foi a partir desde governo que se estabeleceu uma das maiores crises políticas no país que abriu caminho para o golpe militar de 1964.

O mundo vivia a “guerra fria”. Na América Latina a revolução cubana mostrava-se como um sucesso no quintal dos Estados Unidos. O Brasil, longe de ser um país que se pretendia liberal ou mesmo socialista, tinha um presidente que era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e mantinha relações com os movimentos sociais, tomando ainda, como política de governo as reformas de base: reforma agrária, urbana, bancária, tributária, eleitoral, do estatuto do capital estrangeiro e a universitária.

As estratégias políticas assumidas pelo Estado repercutiam em toda a sociedade. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho “Instaurou-se um amplo debate na

sociedade sob o assunto nas ruas, nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, exigindo, radicalizando-se” (2002, p. 24). Porém, este autor ressalta que, fora as agitações populares, outros segmentos sociais também se mobilizaram: “entretanto em sentido contrário, mobilizaram-se igualmente as resistências expressivas” (2002, p.24). As propostas de estabelecer uma série de reformas provocava desconfianças tanto a direita quanto a esquerda. A esquerda não apoiava o governo de Jango por não acreditar na implementação das reformas e a direita não confiava em um presidente que tinha boa relação com os movimentos populares e que, pretendia, com as reformas, a “comunização do Brasil”.

Jango tentando ganhar o apoio das massas organizou comícios para legitimar as reformas de base. Segundo Daniel Aarão Reis, a reação foi imediata, pois a direita organizou a sua marcha: A marcha da Família com Deus e pela Liberdade, que era um protesto contra a “comunização” do Brasil, levando 500 mil pessoas as ruas de São Paulo, no dia 19 de março de 1964.

Todo o processo deu-se de uma maneira rápida e sem grandes resistências. De acordo com Daniel Aarão Reis filho, Jango estava:

*“apavorado diante do incêndio que provocara sem querer, horrorizado coma hipótese de uma guerra civil que não desejava, decidiu nada decidir e saiu da história pela fronteira do Uruguai, as esquerdas não ofereceram resistência, salvo focos isolados, dispersos sem grandes dificuldades (...) as direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista”. (2002, p. 53).*

Implantou-se o regime militar.

O movimento foi organizado por militares e civis que se dividiam em segmentos: uns apenas queriam derrubar Jango, outros pretendiam organizar o país e encerrar um projeto político que havia sido implantado desde o segundo governo de Getúlio Vargas e uma terceira parcela pretendia realmente a implantação de um regime militar. Porém, é necessário ressaltar que a vitória desse movimento organizado aniquilou um projeto político-nacional estadista, que “o líder trabalhista (Jango) encarnava e encerrava a experiência da república iniciada com o fim do Estado Novo”. (REIS:2002, p.12).

Com o golpe militar de 1964, o ideal desenvolvimentista continuaria como eixo diretor da ação estatal, porém, sustentado por um novo discurso, que versava, sobretudo ao desmantelamento da organização social. O novo regime se outorgava no direito de, em nome do progresso, promover quaisquer meios para atingi-lo, inclusive pelo uso da repressão, caso fosse necessário. Para Elio Gaspari a direita golpista de 1964 criou através do regime que se implantou “uma roda em que o planejamento do progresso se associava à necessidade de desmobilização da sociedade” (2002 p.213). Progresso via planejamento só seria viável mediante desmantelamento da organização da sociedade democrática. Assim, em nome do progresso, o Estado Autoritário de 64 agiu em duas frentes. A primeira no controle da sociedade civil, no enquadramento das estruturas sociais no ideário do novo regime. O segundo corresponde ao intervencionismo nos setores da economia nacional, notadamente em sua infra-estrutura.

No caso do Piauí, muito especialmente em Teresina, esse discurso desenvolvimentista se faz presente em dois momentos principais. O primeiro foi no governo Chagas Rodrigues (1959-1962), com a implantação de empresas de economia mista. O segundo momento foi no governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975), quando o país vivia a euforia do “Milagre Brasileiro” ou “Milagre Econômico”.

A disciplinarização do social e do espaço urbano fez parte desse processo de modernização da cidade, pois, como destacamos anteriormente, o desmantelamento da estrutura social foi posta como condição indispensável para que o progresso se instaurasse no

país. Levou-se em consideração a necessidade da racionalidade do planejamento, a redução dos espaços da ação de setores populares, a representação política e a instauração da repressão sistemática.

### **Contexto econômico**

O retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, trouxe em seu bojo a construção de um discurso que transmitia a idéia de promover o desenvolvimento econômico do Brasil, e nesse contexto, foi criada a PETROBRAS em 1953, consolidando o projeto de dinamismo da indústria de base em curso no país desde a década de 1940, com a criação das estatais: Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945).

O plano de Vargas era a reestruturação do país para sua inserção no mundo industrializado em face da superação do modelo agroexportador, que até então se sustentava como epicentro da economia nacional. Dessa forma “estabeleceram-se então os contornos iniciais da implantação de um núcleo de indústria de base, assim como definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do pólo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia”. (LINHARES, 1990: p. 267).

A política estatal pautada no intervencionismo Keynesiano de meados do século XX, norteou a ação do governo nacional, “a industrialização acelerada enquanto condição do progresso social era a meta e o Estado armou-se de novas instituições e instrumentos capazes de viabilizá-las, pronunciando o tipo de intervenção que assumiria nos anos pós-55”. (LINHARES, 1990: p. 275).

De fato, o Estado brasileiro tomou para si a responsabilidade de promover a modernização da indústria nacional, e assim. “Nesse contexto específico que se inscreveu a opção pela empresa pública como alternativa de financiamento do novo padrão de acumulação, em sua conjuntura internacional de tecnologia altamente modernizadora [...] com base no investimento estatal ou na forma de empresa de economia mista” (LINHARES, 1990: p.271).

O projeto de modernização proposto pelo governo federal serviu de modelo para as políticas públicas dos governadores do Piauí, notadamente na estruturação de órgãos administrativos e na criação de empresas estatais.

Conforme Censo demográfico de 1950, a população do Piauí era de 1.046.696 habitantes, sendo que 84% dela residiam na zona rural, portanto, apenas 16% moravam nas cidades. Teresina, naquela oportunidade contava com uma população de 90.723 habitantes, o que representava aproximadamente 9% da população total do Estado.

Felipe Mendes avalia que a economia do Piauí viveu no início da segunda metade do século XIX, uma de suas piores crises. “Chegara ao fim o ciclo do extrativismo vegetal associado ao comércio exterior, atividades que proporcionaram, desde o fim do século XX, um período de prosperidade singular na história do Estado. Infelizmente, a riqueza produzida não beneficiou a maioria da população, resultando em maior nível de concentração de renda e, conseqüentemente, de poder político nas mãos dos proprietários de terra, habitualmente interessados na manutenção do status quo”. (2003: p. 177).

Em meados dos anos cinqüenta, por iniciativa do governo do Estado, deu-se início a uma tentativa de modernização da máquina administrativa, criando a Comissão de Desenvolvimento do Estado, objetivando, entre outras coisas, elaborar planos em longo prazo para a administração estadual, visando especialmente à aplicação de capital. Na cidade de Parnaíba, onde ocorria processo de perda de poderio econômico, foi criada a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) em 1954, com a pretensão de reestruturar a indústria e contornar a situação de crise que assolava o norte do Estado. No final da mesma década e

início da seguinte, o setor público sofreu intervenção no sentido de adequar-se à nova realidade do país e do nordeste. Naquela oportunidade foram criadas algumas empresas estatais que tinham como objetivo, o desenvolvimento de que carecia o Piauí. Assim, foram instituídas seis empresas de economia mista, a saber: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA), em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA), em 1962.

Embora o Piauí tenha se inserido na nova ordem econômica nacional pós-50, Felipe Mendes acredita que este processo de inserção não logrou pleno desenvolvimento. Isto se deve, sobretudo, à falta de um pólo industrial que fosse capaz de competir com os demais centros do país, que à época já dispunham de infra-estrutura que contemplavam a demanda de crescimento da economia. “A incorporação à economia brasileira, iniciada na década de 1950, impôs ao Piauí [...] o desmantelamento de sua pequena base industrial provocada pela chegada dos produtos fabricados em São Paulo e, mais tarde, com os incentivos da SUDENE, também das indústrias do nordeste” (MENDES, 2003: p.180).

A partir da segunda metade dos anos sessenta, o Brasil vivenciará um momento que foi chamado vulgarmente de “milagre brasileiro”. A construção civil aumentou a oferta de moradias, arrastando com ela indústrias de bens duráveis, para atender ao mercado de consumo de rendas médias e altas. O país transformou-se em exportador de manufaturas. Todavia não se pode esquecer que a produção dos bens de consumo não-duráveis cresceu pouco, em virtude do baixo poder aquisitivo da maioria da população. As nossas importações aumentaram, sendo uma das razões a baixa capacidade da indústria brasileira de competir com produtos importados, deixando o país em condições de profunda dependência do capital externo. “Assim, quando o Brasil potência chegou ao auge, em 1973, sua balança de pagamentos apresentou um déficit de 1,3 bilhão de dólares, os preços se elevaram em 35% e, com a explosão da crise do petróleo, ele se viu diante de um mundo de recessão, do declínio geral do comércio internacional e do aumento dos preços do petróleo. E perdeu a capacidade de continuar importando máquinas e equipamentos”.(MENDES, 2003: p.183).

Embutido a essa proposta de progresso econômico o Estado brasileiro procurou desenvolver uma retórica que tivesse como eixo central o desenvolvimento de “potências da técnica e da racionalidade administrativa como as panacéias capazes de recuperar o atraso do país”.(MENDES, 2003: p.220).

Com isso as ações direcionaram-se na realização de reformas administrativas que capazes de racionalizar a intervenção do Estado, mediante um discurso ordenador, disciplinador e, sobretudo, autoritário. Nesse contexto, o espaço urbano teresinense sofreu diversas intervenções procurando sem enquadramento novas diretrizes do regime recém instalado.

## **Contexto Educacional**

Faremos uma reflexão acerca das conseqüências do regime militar na Educação brasileira no sentido de percebermos como o ensino escolar foi utilizado para a concretização da implantação do Estado autoritário no Brasil.

1968 foi um ano de grandes manifestações estudantis. Estes reivindicavam, além da liberdade de expressão e o direito de participar das decisões políticas do país, uma reforma educacional. Referindo-se principalmente ao ensino de história no período, Selva Guimarães Fonseca afirma: “No projeto educacional implementado nos anos 1960 e 1970, durante a ditadura militar, a história ensinada nas escolas fundamentais e média foi estrategicamente atingida de diversas formas”. (2003, p.25)

Disciplinas importantes que possibilitavam uma consciência crítica dos alunos foram abolidas, como por exemplo: a Filosofia e a Sociologia. Outras foram fundidas. A Geografia e História formaram os Estudos Sociais, e sendo repensadas em seus conteúdos, privilegiando assuntos de interesse do Estado. De acordo com Selva Guimarães Fonseca estas disciplinas eram “moldadas pela doutrina de segurança nacional e de desenvolvimento econômico”.

A ditadura militar foi severa com quem ia de encontro ao seu pensamento. Depois de 1964 muitos foram os educadores perseguidos por seus posicionamentos ideológicos. O regime militar espalhou na educação seu caráter anti-democrático e autoritário quando prendeu professores, quando invadiu universidades (em 1968 invadiu a UNB coagindo alunos e professores). Com o Decreto Lei nº 477, os estudantes foram proibidos de se manifestar, porque para o regime “estudante tinha que estudar”. A UNE – União Nacional dos Estudantes - foi proibida de funcionar.

Em 1967 foi implementado a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que entre suas atribuições estavam: obrigatoriedade do ensino para crianças de 07 a 14 anos, assistência educativa imediata para analfabetos de 10 e 14 anos, promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade, além de recursos financeiros destinados à todo o país para combater o analfabetismo. Porém o programa foi um fiasco. As denúncias de corrupção provocaram a extinção do programa.

Na década de 1970 deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. E, para acabar com os "excedentes"<sup>1</sup> foi criado o vestibular classificatório. Na década de 1970 nascia a Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI, instituída nos termos Lei nº 5.528, de 11 de novembro de 1968 e oficialmente instalada em 12 de março de 1971, com o objetivo de criar e manter a Universidade Federal do Piauí – UFPI. Período em que a cidade de Teresina se via num processo de modernização com Alberto Tavares Silva. A universidade seria, na época, mais um símbolo da modernização da cidade e das políticas implementadas pelo Estado autoritário.

### **Teresina: a urbanização da cidade**

*“A cidade foi originalmente estruturada sob um rígido formato xadrez, com ruas paralelas partindo do Rio Parnaíba, a oeste, em direção ao Poti, contendo um espaço urbano inicialmente delimitado por 18 quadras ao sentido norte-sul e 12 no sentido leste-oeste, começou a crescer em volta da Praça da Constituição, atual Marechal Deodoro da Fonseca, em 1872” (LIMA, 1996: p. 18).*

A partir desse período Teresina passará por um crescente processo no aumento no número de habitantes e pela necessidade de ordenação do espaço urbano. A cidade nasceu para ser a capital da Província, desde então se transformou em pólo de tração de indivíduos que deixavam os Estados vizinhos ou vinham do interior do próprio Estado.

Segundo Antônia Jesuíta de Lima (1996) “o processo de urbanização de Teresina só toma impulso definitivo a partir da década de 1950”. De acordo Francisco Alcides do Nascimento (2001) o processo de modernização da cidade de Teresina deu-se de uma forma autoritária, como aconteceu em outros Estados brasileiros, no período do Estado Novo. Com o advento da Ditadura Vargas, surgiu a necessidade de um acelerado processo de modernização da capital, essa necessidade nascia com a República Nova e a implementação de uma política que não pretendia ser identificada com o passado. O novo significava a modernização do espaço urbano da cidade. Repleta de casas de palha, Teresina não poderia

---

<sup>1</sup> Estudantes que obtinham nota suficiente para o ingresso na Universidade, mas o número de vagas não era suficiente para recebê-los.

representar a modernidade. Dá-se início, segundo Francisco Alcides do Nascimento, a um processo de “limpeza do espaço urbano”, incêndios criminosos destruíam as casas de palha e empurravam os moradores para fora do perímetro urbano da cidade. A modernização da cidade de Teresina no início do século aconteceu a partir da exclusão da população pobre, não destoando, pois, das demais cidades brasileiras que passaram por esse processo.

A década de 1950 é considerada um “divisor de águas” no que diz respeito às transformações no espaço urbano de Teresina. Segundo Antônio Cardoso Façanha, “a urbanização no Piauí ganhou, a partir de 1950 uma nova dinâmica. A conjuntura nacional e regional, que estava se implementando naquele momento, iria contribuir para que ocorresse o desenvolvimento do Estado, consolidando a cidade de Teresina como a principal cidade do Estado (1998, p.63)”. A crise do modelo extrativista voltado para exportação, redirecionou a urbanização no Piauí. A década de 1950 marcou o início da alteração na relação entre a zona rural e urbana, pois foi a partir desta data que a concentração populacional na cidade passa a ser majoritária em relação ao campo. Já em 1950, no município de Teresina, a população da zona urbana superava a população da zona rural, e ao nível de estado a situação só veio a se firmar nas décadas de 1980, chegando a 53% o índice de urbanização da população piauiense em 1990, tendo evoluindo de 32% em 1970. Porém na cidade, Antônia Jesuíta de Lima diz, “Os maiores investimentos governamentais nas décadas de 50 e 60, concentravam-se na parte sul da cidade, destacando-se como prioridade os serviços de infra-estrutura: instalação de abastecimento d’água, energia elétrica, abertura de vias e pavimentação de ruas principais” (1996, p.21). Porém, a autora ressalta que apesar de esses serviços contribuírem para um novo formato do espaço urbano de Teresina, essas políticas públicas eram implementadas de maneira a supervalorizar grandes propriedades, beneficiando determinados seguimentos da sociedade.

Feita essa síntese do processo de urbanização e modernização do espaço urbano de Teresina até metade do século XX, percebemos que, em grande parte, os poderes autoritários ou de segmentos da sociedade que não tinham compromisso com um todo, mas a penas com determinada parcela da sociedade. O que pretendemos a partir dessa leitura é perceber como aconteceu a urbanização e modernização da cidade de Teresina a partir do regime autoritário.

O regime militar implantado no Brasil em 1964 mostrava, através de seus discursos oficiais uma preocupação, com ações governamentais que provocassem uma aceleração no desenvolvimento econômico do país, no tocante às políticas sociais. Com relação à política urbana, a política habitacional seria parte estratégica dos planos do governo.

“A partir de 1964, o Governo Federal, amparado pelo regime militar que se instalara no país, criou vários instrumentos de intervenção na cidade, elaborando propostas que visavam um maior planejamento urbano a ser executados pelas cidades” (FAÇANHA, 1998, p.128). Assim foram criados o BNH – Banco Nacional de Habitação, SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, ambos em 1964. Em Teresina o primeiro Plano Diretor Local Integrado (PDLI), foi confeccionado em 1969, seguindo da criação do escritório da Companhia de Habitação (COHAB) no Piauí, responsável pelo financiamento e promoção imobiliária.

A questão urbana em Teresina era uma questão habitacional, principalmente nos primeiros anos do regime, como afirma Antônia Jesuíta de Lima: “No quadro de implantação dessa política, o Piauí ingressou somente em 1967, na gestão de Helvídio Nunes, com a construção do mesmo ano do conjunto habitacional, Parque Piauí com 2.294 unidades”.

As casas construídas para uma população de baixa renda e afastada do perímetro urbano da cidade era a solução para o problema urbano de Teresina: a “nova limpeza” da cidade, oferecia casas à população pobre, acabando com focos de favelas em

bairros centrais, por fim valorizando o espaço urbano da cidade. Com relação ao processo de favelização Antônia Jesuíta de Lima afirma:

*“Teresina, até meados da década de 70, não se configurou como uma cidade com grandes e numerosas favelas, posto que ainda não estava evidenciado ‘o processo de favelização propriamente dito’, o qual somente adquiria visibilidade em fins dessa década ampliando-se nos anos subseqüentes. Contudo, o fenômeno já se fazia presente, embora ficasse circunscrito a pequenos e reduzidos núcleos”.*(1996, p.47)

Porém essa política habitacional restringiu-se aos primeiros anos do regime militar e não teve êxito no Piauí. Uma vez que foi executada para viabilizar a aceitação do regime entre as classes de baixa renda, por outro turno mostrou-se incapaz de dar sustentabilidade ao plano, pois devido à inadimplência dos primeiros conjuntos habitacionais inviabilizou a continuidade do projeto de habitação popular.

Em 15 de março de 1971 Alberto Tavares Silva tornou-se governador do Piauí. Durante este período o governo não deu atenção para a questão habitacional, pois o número de moradias construídas foi inexpressivo, retomando a sua intensidade de 1975 a 1978 no governo Dirceu Arcoverde.

No Governo de Alberto Silva (1971 a 1975) a cidade de Teresina passou por um processo de modernização, financiado pelo “Milagre Econômico Brasileiro”, trazendo ao Estado, em particular, à capital uma grande quantidade de obras financiadas graças aos recursos oriundos do dito “milagre”, transformando e dando ares de metrópole à cidade. Foram construídos: o Albertão (estádio de futebol), Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas - HDIC, Pólo Petroquímico de Teresina. Também foram alocados recursos para a construção de estradas, como é o caso da chamada Transpiauí que liga Teresina a Brasília, pelo interior, cortando o sul do Estado, de Floriano à Corrente. Avenidas foram asfaltadas em Teresina, como por exemplo: a Avenida Miguel Rosa e a Frei Serafim, está última recebendo iluminação especial.

A partir de 1975, no governo Dirceu Mendes Arcoverde procurou-se uma solução para a problemática das favelas. Segundo Antônia Jesuíta de Lima “com a implantação do BNH – Banco Nacional de Habitação -, a política do governo frente à questão da favela passou a basear-se na remoção sumária e imediata inserção das famílias no Sistema financeiro”.

Até 1979, no Piauí, a política habitacional visava apenas remover os favelados. Como já aconteceu nas décadas de 1930 e 1940 com os moradores das casas de palhas e sob a presença de um Estado autoritário, acontecia à remoção dos pobres para fora do espaço urbano da cidade.

Para essa questão Antônia Jesuíta de Lima acrescenta “a política voltada para essa problemática e a intervenção do poder estatal ocorriam invariavelmente através de repressão policial, com expulsões sumárias das áreas ocupadas. *O fenômeno favela não era enfrentado como uma questão social, mas de polícia*” (grifo da autora). (LIMA, 1996, p.47).

Podemos perceber até agora que a urbanização e modernização da cidade de Teresina, durante o regime militar teve três momentos significativos: primeiramente tentando aplicar políticas públicas, com relação à questão urbana, construindo casas para a população de baixa renda, a fim de evitar conflitos e, nesse sentido, legitimar o regime nas classes populares. O segundo momento, com o “Milagre Econômico Brasileiro”, Teresina vai passar por um momento de modernização do espaço urbano com a construção de grandes obras e, por fim, com a intensificação do surgimento das favelas há uma retomada da preocupação da questão habitacional, no sentido de não afetar o espaço urbano da cidade. É nesse período que há maior número de construções de conjuntos habitacionais.

Percebemos que na tentativa de modernizar o espaço urbano de Teresina implementaram-se políticas habitacionais que afastavam de maneira autoritária as favelas do espaço urbano. Dentro do regime autoritário esses pequenos núcleos surgidos eram removidos não por processo de reestruturação do espaço e sim por repressão policial, como afirma Antônia Jesuíta de Lima.

A partir de 1979 com o aparecimento de favelas com grande quantidade de moradores, como a COHEBE e das reivindicações da sociedade civil organizada, o Estado passou a preocupar-se em aplicar planos de reestruturação do espaço urbano, porém sem êxito, e atendendo a um segmento da camada social que não era a da população das favelas como lembra Antônia Jesuíta de Lima.

O que merece ser ressaltado é a participação autoritária do Estado no processo de formação do Espaço urbano de Teresina, e ainda que as políticas aplicadas desde o início do século XX penalizavam a população pobre da cidade que era arbitrariamente removida pela força estatal.

## **Conclusão**

O golpe de Estado promovido pelo exército em 31 de março de 1964 impôs ao Brasil um regime autoritário e as razões para a sua deflagração devem ser buscadas no interior do processo capitalista, marcados pelas contradições entre expansão econômica do mundo rural e padrões industriais modernos de crescimento, débeis forças políticas nacionais e pressões externas e intensificação de conflitos entre grupos e interesses internos, sejam econômicos, sejam políticos, sejam sociais. Foi um momento de decisão política entre um modelo de desenvolvimento econômico mais integrado ao capitalismo com características mais autônomas.

No presente texto buscamos configurar a conjuntura política e econômica brasileira nas décadas de 1950 a 1970, procurando refletir as repercussões no Estado do Piauí, mais precisamente em sua capital, Teresina. Durante o texto três foram os aspectos suscitados: o Estado autoritário, a conjuntura econômica e o processo de modernização da cidade.

Percebemos que, no espaço da cidade, a implementação das políticas públicas era regida por interesses de grupos ligados ao Estado que agiam de maneira autoritária.

Em Teresina houve a partir da intervenção do Estado autoritário pós-64, a instalação de vários conjuntos habitacionais, ações que faziam parte do projeto governamental implementado com o novo regime. Façanha (1998) analisa que o marco inicial dessa nova política habitacional foi a construção do conjunto habitacional Parque Piauí, na zona sul de Teresina, no ano de 1969, que no início contava com 2.294 unidades, porém, ressalta que a “zona sul ratifica a ‘escolha’ dos agentes produtores, da cidade, de transformá-la numa área de segregação residencial” (1998, p. 74). Esse seria o foco norteador da política habitacional adotada pelo regime instaurado em 1964.

Procuramos destacar neste contexto, o nascimento do mito político, o governador Alberto Tavares Silva, que durante seu governo (1971-1975) conseguiu alocar recursos federais em grande número devido ao “Milagre Econômico” que propiciou um expressivo número de obras tanto no estado como na capital Teresina.

Percebemos que em meio a um crescimento econômico paralelamente a cidade sofria um processo de favelização. Em um primeiro instante, segundo Antônia Jesuíta de Lima, era resolvido como problema policial, sendo o Estado responsável pela remoção dos moradores em focos de favelas nas áreas urbanas da cidade.

Por fim entendemos que a cidade de Teresina passou por um processo de modernização do espaço urbano, que se intensificou no pós-64 devido a um processo econômico implementado por um estado autoritário. Analisamos principalmente a década de



1970 e a ascensão de mitos políticos que sobre o reflexo do surto de desenvolvimento econômico, transformaram o espaço urbano da cidade.

**Referência bibliográfica:**

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A revolução urbana de Teresina.** Agentes, processo e formas espaciais da cidade. Tese de mestrado – UFPE. 1998. Recife.

FONSECA, Selva G. **Didática e Prática de Ensino de História.** 3 ed. Campinas/SP, Papirus, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura Escancarada.** São Paulo. Companhia das Letras. 2003.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular.** Teresina. EDUFPI. 1996.126p.

LINHARES, Maria Yeda. (org.). **História Geral do Brasil.** 6 ed. Rio de Janeiro. Campus. 1990.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2003.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945).** Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2002. 299p.

REIS Filho, Daniel Aarão. **Ditadura militar esquerdas e sociedade.** 2 ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2002. (Descobrimos o Brasil).